

ATA N.º 2/2013

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM
19 DE ABRIL DE 2013

Aos dezanove dias do mês de Abril de dois mil e treze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel António Natário Cordeiro, de dois de Abril de dois mil e treze, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

PONTO 2 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Categoria de Técnico de Informática Adjunto-Nível 1;

PONTO 3 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Técnico (Animação Sócio-Cultural);

PONTO 4 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Técnico (Área Administrativa);

PONTO 5 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Operacional (Limpeza Pública);

PONTO 6 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Determinável a Termo Resolutivo Incerto, Destinado ao Preenchimento de cinco Postos de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Operacional (Sapadores Florestais);

PONTO 7 - Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal de Venda de Habitações;

PONTO 8 – Análise, discussão e votação da proposta de 1.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal de S. João da Pesqueira – Zona Industrial;

PONTO 9 – Designação de três cidadãos eleitores, em substituição de pessoas anteriormente designadas, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo;

PONTO 10 – Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2012.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e lembrou aos presentes que ali assistiam que, querendo, poderiam intervir na mesma no período reservado ao público, mediante prévia inscrição na mesa.

Procedeu, depois, à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando-se a ausência dos senhores Alberto Júlio da Silva Fernandes, Luís António Mateus Pereira, António Domingues Brites Aguiar, Sandra Sequeira e Vítor Manuel Magalhães Monteiro que justificaram a sua falta, tendo-se apurado, assim, o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar, com a presença de vinte e quatro membros.

Período Antes da Ordem do Dia

O senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou este período informando mais uma vez que toda a correspondência recebida é arquivada na secretaria, aí estando disponível a todos para consulta.

De seguida solicitou aos membros eleitos em representação da Assembleia Municipal nas diversas entidades e comissões que informassem a Assembleia das atividades das mesmas.

O senhor Presidente da Assembleia informou que a Assembleia Distrital de Viseu não tem reunido por falta de quórum.

Informou também que a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro, da qual faz parte com os senhores Alberto Silva Fernandes e Luís Pereira também não reuniu desde a última sessão desta Assembleia Municipal.

Quanto à Comissão de Acompanhamento para a Revisão do PDM, o senhor Presidente da Mesa disse que interpelou o senhor Coordenador e que este o informou que o trabalho está a decorrer normalmente e que está em falta a avaliação ambiental estratégica, a carta de uso de solo, a carta de riscos naturais e tecnológicos e o relatório final, prevendo-se que em Junho ou Julho se realize uma reunião com a respectiva comissão de acompanhamento a fim de se discutirem propostas.

Relativamente à Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, o senhor António Balça informou que esta reuniu no dia vinte de março, e que os temas tratados estiveram relacionados com os Sapadores, tendo sido apresentado o

Relatório de Atividades de dois mil e doze, e discutido tudo o que foi feito ao longo do ano. Informou, ainda, que no Programa de Ação para dois mil e treze existe uma previsão aproximada de cento e dois hectares para trabalhar. Disse que foi discutida, também, a pedido da freguesia de Trevões, a possibilidade de construção de uma charca na serra de Sampaio, com parecer favorável. Foi abordada, ainda, a construção de uma charca no Castanheiro, justificando-se pelo benefício que trás ao próprio concelho.

Na Comissão Municipal de Toponímia o senhor Norberto Vieira disse não ter havido qualquer reunião.

O senhor António Froufe Bastos da Comissão da Proteção Civil disse que a mesma também não reuniu.

Quanto ao Conselho cinegético Municipal, o senhor Adelino Nascimento Lopes, informou que não reuniu.

No Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, o senhor Luís Paíga comunicou que este não reuniu, mas alertou para as novas propostas de cortes nestes serviços, que a Pesqueira tem vindo a perder horas e está previsto um novo corte de quinze por cento no trabalho extraordinário, o que vai pôr em risco, mais uma vez, o funcionamento do Centro de Saúde.

Quanto ao Conselho Municipal da Educação, o senhor António Vicente informou que reuniu no mês anterior, passando logo de seguida a informar o plenário sobre os contributos e atividades na área da Educação para o presente ano lectivo, informação vertida no documento anexo à presente ata e que dela faz parte integrante.

Quanto ao Núcleo Social de Inserção, o senhor Manuel Martins informou que reuniu no dia vinte e três e no dia vinte e oito, mas que não havia nada de relevante a informar.

O senhor Presidente da Mesa questionou os presentes sobre a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, o que foi aceite por todos. Foi, depois, o conteúdo da mesma posto à votação, tendo sido aprovada pela maioria por vinte e dois votos favoráveis e com a abstenção dos senhores Eduardo Frederico e José António Lopes, por não terem estado presentes na reunião.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que a senhora Presidente da CPCJ pediu autorização para se dirigir aos senhores Presidentes de Junta para lhes solicitar alguma colaboração, o que passou a fazer de seguida.

A senhora Presidente da CPCJ, Maria de Lourdes Marinho, começou por dizer que não era só aos Presidentes de Junta que se dirigia, mas à comunidade em geral. Disse que o mês de Abril é o mês da prevenção dos maus tratos na infância, apelou à sensibilidade de todos os presentes e passou a apresentar alguns números de um estudo efetuado pela Comissão, os quais estão afixados em alguns locais visíveis. Informou que junto das escolas do primeiro ciclo estão a fazer-se jogos de memória

com os Direitos da Criança, na Escola E.B 2,3 será passado um filme que foi facultado aos professores para gerirem dentro do seu tempo letivo, sendo o mesmo explorado posteriormente. Solicitou ainda um pedido de colaboração na transmissão da mensagem, pedindo aos Presidentes de Junta para afixarem a mesma nas respetivas juntas.

De seguida, o senhor Presidente declarou abertas as inscrições para intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra por ordem de inscrição.

O senhor Vladimiro da Silva iniciou a sua intervenção referindo-se a algo insólito e inédito que se passou com ele na sessão anterior. Disse que, como outros, colocou algumas questões ao senhor Presidente da Câmara, mas verificou que outros elementos da Assembleia tiveram direito a verem esclarecidas as suas dúvidas, mas já não às suas questões, pois que as mesmas não foram esclarecidas. Lembrou ainda ter feito referência a um buraco na estrada, à entrada de Paredes da Beira, o qual continua sem arranjo. Referiu que foi informado que havia um engenheiro que estava contratado a recibos verdes para fazer serviços para o Município, que além de ter um ordenado muito acima do que é normal tem direito a uma viatura da Câmara, a qual destruiu sem que nada lhe tivesse acontecido. Como é que os elementos da Assembleia Municipal não são informados destas situações, perguntou. Informou que apresentou à Mesa um Proposta para que fosse atribuído o nome do senhor Engenheiro António Lima Costa à Biblioteca Municipal, como tinha sugerido várias vezes ao Executivo, e que lamentava que o executivo e o senhor Presidente da Câmara nada tinham feito ou promovido neste sentido. Entende que é de particular justiça fazer-se o que propôs, pois é uma obra feita por ele na área da Cultura, durante os dezasseis anos no Executivo, e que merece esta homenagem. Que preferia que tivesse sido a Câmara a tomar esta iniciativa, mas como nada foi feito apresenta ele próprio a proposta para ser votada pela Assembleia, tendo entregue na mesa o documento que vai anexo. Reforçou ainda que tinha muito gosto em fazer esta proposta de homenagem ao senhor Engenheiro António Lima Costa que foi um adversário político mas que sempre o tratou com uma grande elevação, que o honrou a ele e a esta terra. Disse que as pessoas não estão eleitas para ocupar lugares, mas para desempenhar tarefas e temos obrigação de produzir coisas que se vejam a favor da nossa terra.

O senhor António Balça felicitou a Mesa pelo relatório apresentado, no entanto disse que, na sua opinião, deveriam estar mencionados os nomes das pessoas que faltaram, das pessoas que intervieram e das que não o fizeram. Disse que também concordava com a proposta apresentada pelo senhor Vladimiro Silva em dar o nome do senhor Engenheiro António Lima Costa à Biblioteca Municipal, pois é uma questão de justiça.

O senhor Joaquim Monteiro começou por dizer que não era só o engenheiro contratado pela Câmara que tinha um carro à disposição, também foi dado um apartamento a um arquiteto. Lembrou mais uma vez que a sua freguesia ainda está à espera que se cumpram as promessas feitas e que esta continua a ser muito prejudicada. Lembrou a leitura de uma ata da Câmara Municipal onde se referia a criação de uma Associação Pesqueira Jovem, que vai ocupar um espaço que ninguém sabe o que é, e que logo à cabeça recebeu dezasseis mil e novecentos euros, mais do que a Banda Filarmónica de Nagoselo do Douro que presta um excelente trabalho cultural ao concelho. Disse, ainda, que segundo aquela ata alguns vereadores quando assinaram o contrato de apoio foram enganados e que a solução seria, na próxima reunião do Executivo, a anulação desta deliberação, pois, na sua opinião, é dinheiro mal gasto. Referiu-se também à carrinha do PIPA que prestava apoio nas freguesias na área da saúde e que lamenta que ao fim deste tempo todo a carrinha esteja parada e não haja um trabalho de apoio aos idosos que tanto precisam de cuidados, como ver as análises, medir a tensão e outros cuidados médicos. Lembrou que existe um Pelouro de Ação Social e que o concelho tem uma cobertura de instituições como as IPSS, e ainda ninguém se lembrou de fazer um acordo com o Centro de Saúde, com as IPSS e com o Pelouro da Ação Social colocando esta carrinha a trabalhar a prestar este apoio. Disse que na sua freguesia existe uma enfermeira que dará esse apoio se lhe colocarem a carrinha à disposição. Disse ainda que foi interrogado por as pessoas da sua terra sobre a Agenda Cultural, pois lamentam que o nome de Ervedosa quase nunca esteja mencionado, pois quase nada lá se tem sido feito, esperando que na próxima agenda seja referida a sua freguesia. Lamenta que algumas obras da freguesia que ainda não foram feitas, o Tronco, o Ribeiro e o arranjo das Bateiras. Lembrou que Lamego veio a Bagaúste fazer um cais, Armamar veio à Folgosa, Alijó ao Pinhão, Sabrosa veio ao rio também, Tabuaço ao Espinho e a Pesqueira, que tem um dos melhores locais e logo à entrada do concelho nas Bateiras, não faz nada. Realçou que Bateiras é essencial para o desenvolvimento turístico do concelho. Mencionou, mais uma vez, a sua preocupação com o ajuste dos limites da sua freguesia, dizendo esperar que o Executivo decida reunir com a Junta de freguesia de Ervedosa para dar início ao processo. Finalizou, dizendo que soube que o senhor vereador Vitor Sobral andou na sua freguesia a ver uns caminhos e nada disse ao presidente da junta, o que não admitia e não queria que se viesse a repetir no futuro.

O senhor António Bastos referiu-se à charca de Trevões que está a ser candidatada que visa a proteção contra incêndios e que lamenta que o Município passe ao lado destas candidaturas, pois são comparticipadas a noventa por cento. Disse que lamentava que a Junta de Freguesia tenha sido obrigada a recorrer a um gabinete técnico exterior para fazer essa candidatura quando a secção da defesa contra incêndios tem técnicos suficientes para fazer este tipo de candidaturas, não só

em Trevões como noutras freguesias. Disse, aliás, que a charca de Riodades não foi candidatada e poderia tê-lo sido. Referiu que a Câmara no início do ano tinha no orçamento um milhão e duzentos mil euros para beneficiação dos caminhos agrícolas, mas estamos no final de abril e não se vê nenhum concurso nesse sentido. Disse que embora no orçamento de dois mil e treze volte a estar prevista a requalificação do Centro Histórico de Trevões, não entendia porque razão a Câmara não fazia a candidatura que é comparticipada a oitenta e cinco por cento. Lembrou novamente a existência de alguns buracos nas estradas em Paredes e em Trevões que ainda não foram arrançados.

O senhor Eduardo Frederico referiu-se à intervenção da professora Maria de Lourdes relativamente aos valores que se têm vindo a perder. Disse que se deve refletir sobre o que se pode alterar ou contribuir nesse sentido. Que os média são responsáveis por esta crise de valores, pois transmitem muitas vezes mensagens de pura violência em vez de transmitir os valores da família e o que deve ser realçada em termos das características humanas que a todos nos devem conduzir. Disse que gostava de agradecer à Comissão pelo trabalho que desenvolveu em prol das crianças e dos jovens e solicitar a quem os vai substituir que não deixem de ter como objectivo a valorização da Pessoa Humana. Realçou ainda a importância do relatório que a Mesa da Assembleia Geral elaborou registando a atividade destes dois anos. Era bom que houvesse uma atitude idêntica por parte do Executivo, o que tem sido solicitado em várias reuniões.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos senhores membros da Assembleia intervenientes neste período.

O senhor Presidente da Câmara Municipal, respondendo ao senhor Vladimiro da Silva disse ter sempre a preocupação de responder a todas as questões e que se o não fez foi por lapso. Relativamente aos buracos que existem por todo o lado, nem sempre é fácil resolver a situação tão rápido como se deseja. As próprias empresas que fornecem o betuminoso, dada a situação económica do país, neste momento não estão a laborar. Em colaboração com as Juntas vão-se compondo alguns, outros não se consegue, pois são situações mais complicadas. Referiu que desde a primeira vez que foi proposto dar-se o nome do Engenheiro António Lima Costa à Biblioteca Municipal esteve à espera que saísse a proposta da Assembleia Municipal, pois assim daria outra credibilidade à mesma. Quanto aos empréstimos ou disponibilidade dos carros ou do apartamento a alguns funcionários, isto entra no negócio de vencimento. O Engenheiro David era necessário, dado o atraso na fiscalização de várias obras públicas no concelho, e pelo que tem chegado pelos Presidentes de Junta está a fazer um bom trabalho. Relativamente ao apartamento atribuído ao senhor arquiteto aconteceu o mesmo. São negócios que fazem parte do dia a dia da Câmara e são temporários. Quanto às Associações, os valores que são apresentados não são dados

à cabeça, os mesmos só são atribuídos mediante as atividades que vão sendo apresentadas, aos que não cumprirem as atividades são-lhes retiradas as verbas. No que diz respeito ao PIPA, disse que este trabalho deve ser feito em conjunto e que agradecia a quem tivesse propostas as fizesse chegar ao Executivo. Relativamente às Bateiras, este assunto tem a ver com a autorização ou não do IPTM. Referiu que a última vez que foi apresentado o projeto, o IPTM não estava a aceitar. Informou que se está a trabalhar no sentido de resolver a situação do concelho relativamente ao Wireless para que possa chegar ao máximo de locais possíveis. Quanto à candidatura de Trevões, disse que além dos oitenta e cinco por cento que pagam, há uma parte que a Câmara tem que suportar na ordem dos duzentos e cinquenta mil euros. Não há má vontade do Executivo.

O senhor Joaquim Monteiro, relativamente aos técnicos, engenheiro e arquiteto, disse que não questionava o trabalho válido que faziam, mas que discordava que se dissesse que fazia parte do negócio de vencimento o carro e apartamento. São técnicos, têm a categoria e recebem como isso, não pode haver outro negócio. Quanto à internet, disse que na freguesia têm três pontos, Ervedosa, Casais e Sarzedinho e que pagam electricidade, telefone e acompanham todo o processo, mas ultimamente não acompanharam, pois o responsável pelo projeto da Câmara, o Senhor Vitor Sobral tratou do assunto sem dar conhecimento à Junta, o que discordava totalmente. Concorda com tudo o que seja para beneficiar a sua freguesia, mas que deve ser informado do que se refere à mesma.

O senhor António Bastos disse que, relativamente à Charca, lhe foi dito pelo senhor vereador Vitor Sobral que a de Trevões não era urgente, que preferiam fazer a de Riodades, pois era mais urgente, mas a partir daí nada se fez. Se estava aberta a candidatura e havia possibilidades de a submeter, não via porque não o fizeram, quando ela é paga. Concorda que tenha sido feita a de Riodades, pois é um ponto crítico de incêndios, mas quanto à de Trevões, disse que alertou o Município para o facto de estar aberta a candidatura a noventa por cento e não a terem aproveitado. Relativamente à Requalificação do Centro Histórico, diz que já não são duzentos e cinquenta mil que a Câmara terá que suportar, com a reformulação do projecto, passou para pouco mais de cem mil euros, pois das catorze fachadas que eram para ser feitas, oito já estão concluídas. A Câmara só terá que intervir em sete.

O senhor Vladimiro da Silva disse que os investimentos em Trevões têm particular importância concelhia, são investimentos que ultrapassam os limites da freguesia. Que o Centro Histórico de Trevões é uma referência. E mesmo custando algum dinheiro a recuperação das fachadas, é das coisas que vale a pena, pois é um investimento coletivo. Referiu-se também ao problema da água, dizendo que no ano passado, estando muito tempo sem chuva e sem água, o senhor Presidente, numa das sessões, informou que teríamos água para quinze dias. Então, deve haver intervenção prévia para que se evitem estas situações. Há que fazer obras supra municipais ou municipais,

convencer o governo, fazer alguma coisa que impeça que numa região do interior como a nossa, submetida a verões rigorosos, não falte nunca a água. Qualquer dinheiro aplicado nisto será sempre um muitíssimo bom investimento que se deverá realizar. O ano passado o senhor Presidente da Câmara alertou-nos a todos neste sentido, mas nada foi feito, ficamos todos parados, a própria Câmara ficou parada.

O senhor António Gomes esclareceu que os gastos da Charca de Riodades foram suportados pela Junta de freguesia, nada tem a ver com a Câmara Municipal, e embora tivessem o apoio do Engenheiro, todos os outros gastos foram suportados pela junta.

O senhor António Bastos disse, mais uma vez, que apenas alertou o Município para o facto de haver candidaturas e nada ser feito e nunca quis dizer que a charca de Riodades não deveria ser feita, mas o contrário e aproveitando o subsídio.

O senhor Presidente da Câmara disse que o objectivo final do Wireless é que a rede chegue a todo o lado. Quanto aos técnicos, disse que em vez de se lhes pagar um ordenado mais alto teriam essas regalias que foram acordadas inicialmente. Relativamente à falta da água, um bem essencial para todos, informou que a Câmara com a ajuda das captações que existem no concelho e, à revella da própria entidade reguladora mas devidamente controlada - pois não se ia colocar a água para consumo humano sem que isso acontecesse, foi disponibilizada para a população. Fez referência ao Distrito de Bragança, que tem a solução de transportar a água através da Protecção Civil e que se fosse necessário essa também seria uma das soluções que estava preparada, ou seja, transferir água de umas barragens para outras, o que era possível, pois a Barragem do Vilar estava com capacidade suficiente para abastecer a de Ranhados. Estava tudo preparado para entrar em ação, tudo isto com custos, mas não foi preciso pois começou a chover. Informou ainda que têm saído notícias que estão a tentar fazer uma reorganização a nível Nacional das entidades que estão com as Águas de Portugal das diversas zonas do país. A nossa zona tem sido penalizada e está-se a tentar colmatar esta situação.

O senhor Presidente da Mesa propôs que se discutisse e votasse a proposta apresentada pelo senhor Vladimiro da Silva de atribuir o nome do Engenheiro António Lima Costa à Biblioteca Municipal.

O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer que, se lhe fosse possível, votaria favoravelmente a proposta.

O senhor Vladimiro da Silva reforçou que o Engenheiro António Lima Costa esteve dezasseis anos no Executivo, eleito pelo povo, e que a obra da Biblioteca Municipal é uma obra de referência e que não deve ficar sem nome. Que é de grande justiça que seja o seu nome. Deve-se reconhecer o mérito a quem o tem.

A senhora Cátia Santana disse que concordava com o senhor Vladimiro da Silva, mas que a incomodava o facto de se referirem à pessoa do presidente como pessoa singular e que o Presidente, mas que ele não trabalhava sozinho, tinha uma equipa

sempre a trabalhar com ele. Que o antigo Presidente tinha uma Vereadora, a falecida professora Maria do Céu Vilela, que fez um excelente trabalho a nível da Cultura e da Educação e tão poucas vezes é lembrada. Um Presidente não trabalha sozinho e quando votamos não o fazemos só numa pessoa, mas na equipa. Finalizou dizendo que não votava contra, mas que queria deixar a sua opinião.

O senhor Presidente da Mesa informou que sempre que se trata de votações que envolvam pessoas se deve optar pela votação secreta, mas queria deixar essa decisão ao plenário, tendo este decidido por que a votação seria de braço no ar.

Passou-se à votação da proposta, tendo sido a mesma aprovada por maioria com vinte e um votos favoráveis, duas abstenções dos senhores Fernando Martins e Cátia Santana e um voto contra do senhor Joaquim Monteiro.

O senhor Joaquim Monteiro fez uma declaração de voto dizendo que votou contra porque conhece muito bem o Engenheiro António Lima Costa e que, na sua opinião, o concelho tem gente muito importante.

Período da Ordem do Dia

Finalizado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia com a leitura dos assuntos a tratar, assim:

PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal.

Procedeu à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Vladimiro dizendo que também já foi presidente numa Câmara e tinha o mesmo costume do Presidente da Câmara da Pesqueira de sintetizar tudo numa folha A4, e que era muito atacado pelo PSD por fazer uma coisa dessas. Diziam que era falta de respeito para com os presentes. Na altura não concordava, mas o seu sucessor quando ocupou o lugar entregava mais de vinte páginas com tal informação. Concluiu que não é necessário fazer-se isso, mas devia explicar-se um pouco melhor a atividade do município. Questionou o Executivo relativamente ao ponto onde se diz que foi submetida ao PRODER uma candidatura de eletrificação rural, perguntando se é para eletrificar caminhos rurais onde não mora ninguém, pois que se justificará que se os caminhos são usados se deixe um qualquer ponto elétrico, mas não ao ponto de ser uma candidatura ao PRODER.

O senhor António Bastos questionou o Executivo sobre o valor da candidatura ao PRODER e a comparticipação e também alertou para o facto das linhas elétricas estarem sobrecarregadas e muitas vezes apagarem e acenderem descoordenadamente, pois cada vez há mais consumo de energia e as linhas são muito antigas. Referiu o ponto onde dizia que decorreu com boas perspectivas para o

futuro a participação na SISAB e BTL, pois já o ano passado, por esta altura, vinha exatamente a mesma informação na Atividade do Município e desde essa altura até agora nada mudou.

O senhor Eduardo Frederico disse que a folha A4 enviada para a Assembleia existe por muita insistência do Grupo Parlamentar do Partido Socialista desta Assembleia, mas continua a ser insuficiente, apesar das promessas de melhoria. Questionou o Executivo sobre a situação do derrube do talude que impedia o acesso ao apeadeiro da Ferradosa, pois que nada era mencionado na Atividade do Município e queria saber se as obras se iniciaram ou não, como estão a decorrer, se foi por concurso, qual o valor da mesma e quanto tempo irá demorar a obra.

O senhor Álvaro Costa referiu-se ao ponto onde menciona o apoio a obras no âmbito do "Programa municipal de beneficiação à habitação" dizendo que na sua freguesia estão assinaladas obras de adaptação de uma casa de banho para pessoas com deficiência e substituição duma banheira por um polivan rectangular com cabine e duche. Questionou se era possível saber de quem se tratava para saber se da real deficiência e se tinham feito essas beneficiações.

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que a eletrificação não é colocação de luminárias, é levar luz a explorações agrícolas para desenvolver a atividade, é uma rede de eletrificação sem luminárias. O valor é de um milhão, setecentos e cinquenta mil euros e a comparticipação é de oitenta por cento. Ainda não está decidido, está em estudo. Relativamente à informação, disse que achava que a informação que é prestada é de âmbito geral e que se houver necessidade de esclarecimentos mais minuciosos estão disponíveis para o fazer. Quanto à SISAB e BTL disse que para o Executivo é uma participação que abriu boas perspetivas e tem sempre a ver com a afluência que as pessoas fazem aos stands, mas que esta participação tem de ser desenvolvida pelos interessados. Quanto ao talude da estrada da Ferradosa, informou que as máquinas iniciaram os trabalhos de retirar o entulho apenas há dois dias. Que este problema era da responsabilidade da REFER. Ainda não há valores exatos, pois há vários orçamentos e várias situações, tudo depende do que poderá advir depois da remoção dos escombros que estão lá. Concluiu que têm um orçamento **que pode ir** de vinte mil euros a duzentos mil euros, pois estão a fazer por fases para ver o que vai dar.

O senhor Eduardo Frederico disse que tem acompanhado de perto este problema e dentro da empresa a que pertence tem tentado promover a sua resolução, mas esta não passa só pela REFER, o que está em causa é a publicação de um Despacho do Diário da República a fazer a transferência do domínio público ferroviário para o domínio público municipal de S. João da Pesqueira. Informou que participou no processo desde a sua origem, pois já trabalhava para os Caminhos de Ferro, ajudou a promover o negócio entre as partes, pensa que é um assunto que se arrasta há demasiado tempo e espera que seja resolvido rapidamente, e que não

serão retirados os direitos que já foram adquiridos, porque existe o contrato assinado pelas duas partes. Assegurou que, mais uma vez, iria falar aos colegas da REFER para tentar resolver a situação o mais rápido possível. Relativamente ao levantamento das terras que ocorreram no acesso ao apeadeiro da Ferradosa, o senhor Presidente falou no valor entre vinte mil e duzentos mil, mas não se entende do que está a falar. O que é que é preciso fazer? Está adjudicada ou não? Quantas propostas pediram? É que trata-se de uma diferença muito grande que está em causa, e gostaria de ter mais informação.

O senhor Presidente da Câmara respondendo ao senhor Álvaro disse que não se podia divulgar os nomes das pessoas, pois tem a ver com a privacidade das mesmas. Que a Câmara tem a preocupação de antes de fazer as obras saber se são ou não necessárias. Relativamente à REFER, diz que é uma situação que se arrasta há muito tempo, e que o contrato inicial era de tês mil contos e quando este Executivo entrou houve atualizações e já havia muita intervenção da Câmara naquela zona, pelo que pagaram vinte mil euros por causa da diferença e assinaram o acordo senão iria aumentar esses valores. Quanto à diferença entre os valores apresentados, diz que estes são reais, pois é uma zona muito complicada, onde o talude é muito acentuado, onde tiveram que se fazer estudos geotécnicos, pedidos de orçamentos a várias empresas e houve várias soluções. Uma passa por pôr o talude com uma percentagem de inclinação bastante razoável, e que agradecia publicamente à empresa Messias que sempre se disponibilizou para comparticipar disponibilizando quatrocentos metros quadrados de terreno sem custos. Se não houver necessidade de mais nenhuma intervenção além de retirar o entulho e estabilizar o talude com a inclinação que está prevista, ficaria na ordem dos vinte e dois mil euros, e que tem em contrato tudo adjudicado, sendo o orçamento alterado conforme as obras vão evoluindo. A última solução andarà por duzentos e vinte mil euros. Está-se a fazer por etapas.

O senhor António Bastos disse que, com esta resposta do senhor presidente, ficou um pouco assustado, pois passa dos oito para o oitenta. Informou que esteve lá a ver a obra e na sua opinião, o trabalho está a ser mal executado, pois devia fazer duas rampas e só está a fazer uma. Disse que o Município deveria ter lá um engenheiro a fiscalizar o trabalho, pois o maquinista anda lá sozinho e faz o que quer.

O senhor Presidente da Câmara informou que o trabalho está a ser fiscalizado.

PONTO 2 – Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Categoria de Técnico de Informática Adjunto-Nível 1;

PONTO 3 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Técnico (Animação Sócio-Cultural);

PONTO 4 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Técnico (Área Administrativa);

PONTO 5 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Operacional (Limpeza Pública);

O senhor Presidente da Mesa propôs discutir-se em simultâneo os pontos dois, três, quatro e cinco, em virtude de se tratar de semelhantes contratações de técnicos por tempo indeterminado e para a Biblioteca, e, posteriormente, serem votados individualmente, o que foi aceite pelos presentes.

O senhor Eduardo Frederico disse que se partia do princípio que se encontram justificadas as opções que o Executivo fez para aprovar estas propostas em sede de Executivo e posteriormente para as submeter à aprovação da Assembleia Municipal. Referiu que nos tempos que correm é bom ter trabalho, mas que gostava de fazer algumas perguntas ao Executivo que se relacionam com o que foi objecto de aprovação da Assembleia, no que respeita ao Plano de Atividades e Orçamento que foi apresentado em Dezembro. Assim, perguntou se estas vagas existem ou se já foram consideradas aquando da elaboração do Plano e Orçamento; se constam do quadro de pessoal que também foi objecto de aprovação na Assembleia; se os encargos estão previstos no orçamento dos serviços a que respeitam; se foi fixado o número de trabalhadores a contratar; relativamente aos trabalhadores que se vão aposentar em dois mil e treze, se pertencem aos mesmos serviços que estes vão ocupar ou não; e se não pertencem aos mesmos serviços, esses trabalhadores que vão ser aposentados necessitam ou não de ser substituídos, perguntou. Disse que, também se deveria saber que categoria têm estes trabalhadores que se vão aposentar. Lembrou que se vão aposentar sete trabalhadores e que são dez os agora contratados.

O senhor Presidente da Mesa interveio para informar que o Orçamento de Estado para dois mil e treze obriga a uma redução de pessoal efetivo de dois por cento e de pessoal contratado a termo de cinquenta por cento, o que se deve ter em conta.

O senhor António Balça disse que desde que a lei esteja a ser cumprida deixa à consideração do Executivo. No entanto referiu que já se falou na contratação de um engenheiro, de quadros superiores, mas que constata na rua a falta de pessoal que faz falta aos munícipes, como é o caso de resolver algum problema no saneamento, ou um canalizador para substituir o que está doente, ou quando se faz uma baixada da água e outros trabalhos. Questionou o Executivo sobre o porquê de não se contratar ninguém para o serviço externo. Referiu ainda a contratação do Engenheiro que poderia ser evitada utilizando os técnicos da casa, pois tudo isto é entrada de pessoal, uns que já estão e outros que vão entrar e que um esclarecimento por parte do senhor Presidente iria evitar todas estas dúvidas.

O senhor Joaquim Monteiro, relativamente ao pessoal a contratar, disse que o mesmo era para a Biblioteca, pessoal que já está lá a trabalhar. Se a Câmara entendia que era necessário, estará tudo bem, mas que gostaria de lembrar as palavras de um munícipe que dizia que em pagamento de salários se passou de sessenta para cento e vinte mil euros, vinte e sete por cento do orçamento. Isto é preocupante, pois o Município tem pouca receita própria. Que daqui a seis anos ou antes o Município não terá dinheiro para pagar aos funcionários e, assim, gostaria de saber se esta também era uma preocupação do Executivo.

O senhor António Bastos disse que também concordava com a falta de pessoal no serviço externo e, na sua opinião, há pessoal a mais nos gabinetes. Concordava que o concurso para a Biblioteca fosse para as pessoas que já lá estão, pois tem sido um projeto de sucesso. Alertou uma vez mais para falta de pessoal para o serviço externo onde não há preocupação de substituir as pessoas que se vão aposentar.

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que quando foi aprovado o mapa de pessoal em Dezembro foi dito que qualquer processo concursal de abertura de lugares novos que fosse proposto teria que vir novamente à aprovação da Assembleia. Informou que estes lugares propostos são para colocar uma verdade num espaço que é digno do concelho que temos. Quando foi inaugurada e por uma questão de tempo foram lá colocadas pessoas que estavam a trabalhar na Câmara com atividades distintas. Esta situação era temporária até arranjar pessoas para esses lugares. Inicialmente pensou-se não abrir concurso com carácter definitivo, pois poderia pôr em causa um espaço em que as pessoas teriam de ser responsáveis. Agora, com a experiência que temos, sabemos que a Biblioteca só pode funcionar, não a prazo, mas com pessoas que estejam lá que trabalhem e saibam que o espaço é deles. Não se poderia abrir novamente um concurso a termo, pois estariam constantemente a mudar. É um concurso que se vai abrir para manter a Biblioteca no bom caminho que ela tem tido. Quanto ao aumento de pessoal, isso não vai acontecer, sempre existiu o pessoal do quadro, neste momento, cinquenta e dois, com contrato indeterminado ficava em oitenta e tal e depois uns trinta e tal que ainda estão vergonhosamente a recibos verdes, que já cá estão há oito ou dez anos. Lembrou ainda que há dez

professores das AECs. Disse que a Câmara também tem uma obrigatoriedade social e arranja maneira de colmatar e arranjar alguns empregos para os jovens do concelho. Relembrou ainda que em cortes, desde a entrada deste Executivo em dois mil e dez, foi quase um milhão de euros. Mas além de aumentar a empregabilidade, o passivo tem vindo a diminuir. Esclareceu ainda que não estão a contratar o engenheiro para fiscalizar, mas para trabalhar na fase de construção do Museu. Quanto à percentagem das pessoas que saem e as que entram é de cinco, pois saem sete e entram cinco e quem sai recebe mais do que quem vai entrar. Relativamente ao pessoal externo, informou que houve duas baixas, um colaborador teve um acidente ficando com um problema na coluna e num pé e outro está com uma distensão de ligamentos num braço. Para se colmatar esta situação está-se a tentar recorrer a trabalhos precários, pois não é permitido de outra forma. Tentamos arranjar duas ou três pessoas temporariamente para estes serviços externos.

O senhor Joaquim Monteiro disse que também gostava de promover emprego para os jovens do concelho e que no seu tempo não havia pessoas a recibos verdes, mas que agora são cento e vinte, e a maioria são técnicos que recebem quase o triplo do que se ganhava nessa altura. Aumentou muito a despesa e que a sua preocupação é no sentido de que com a Biblioteca, com as piscinas, com os pavilhões, daqui a uns anos se ponha em risco a viabilidade de execução de funcionamento da Câmara Municipal. As freguesias recebem muito pouco do que se gasta de muito com tudo isto.

O senhor Eduardo Frederico esclareceu que ninguém está contra a criação de emprego nem contra o preenchimento destes lugares. O que gostava de saber é se as vagas existiam e se constam no quadro de pessoal aprovado. E se estão previstos no quadro do Serviço a que respeitam. Perguntou, mais uma vez, se os que se aposentam necessitam ou não de ser substituídos.

O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que os lugares foram devidamente mencionados no Mapa de Pessoal, na altura própria. Neste momento só se trocam lugares, não funções. Compensa-se o pedido da saída de sete com a entrada de cinco.

O senhor António Bastos disse que no meio de tudo isto quem fica mal visto são os presidentes de Junta que têm de tratar de todos os assuntos, preencher o IRS, marcar as consultas aos idosos, a limpeza urbana, a substituição duma tampa de saneamento, tudo isto só para a pessoa do Presidente da Junta e a sua equipa e que muitas das vezes não ganham nada com isso. Propôs à Câmara juntar-se com todos os Presidentes de Junta e fazer um protocolo para a criação de um posto de trabalho em cada freguesia, pois há muito trabalho a fazer em cada uma. Na sua freguesia, tem uma funcionária porque tem um protocolo com os correios, caso contrário era impensável manter esse posto de trabalho com o orçamento da junta. Iriam criar

catorze postos de trabalho, essas pessoas fixavam-se na terra e já não iam para o estrangeiro como tem acontecido ultimamente.

O senhor Presidente da Câmara finalizou dizendo disse que a Câmara não pode fazer novas contratações.

Pelas dezassete horas e dezassete minutos ausentou-se o senhor Luís Paíga, tendo justificado o facto por razões profissionais, continuando a existir quórum com a presença de vinte e três membros.

De seguida, não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Mesa passou à votação dos assuntos propostos sob os pontos 2, 3, 4 e 5.

PONTO 2 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Categoria de Técnico de Informática Adjunto-Nível 1;

A proposta foi aprovada por maioria com vinte e dois votos favoráveis e uma abstenção do senhor Vladimira da Silva.

PONTO 3 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Técnico (Animação Sócio-Cultural);

A proposta foi aprovada por maioria com vinte e dois votos favoráveis e uma abstenção do senhor Vladimira da Silva.

PONTO 4 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Técnico (Área Administrativa);

A proposta foi aprovada por maioria com vinte e dois votos favoráveis e uma abstenção do senhor Vladimira da Silva.

PONTO 5 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Indeterminado, Destinado ao Preenchimento de um Posto de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Operacional (Limpeza Pública);

A proposta foi aprovada por maioria com vinte e dois votos favoráveis e uma abstenção do senhor Vladimira da Silva.

PONTO 6 - Análise, discussão e votação da proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de trabalho Tempo Determinável a Termo Resolutivo Incerto, Destinado ao Preenchimento de cinco Postos de Trabalho da Carreira/Categoria de Assistente Operacional (Sapadores Florestais);

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que na altura em que foi feita a candidatura de cinco Sapadores Florestais ao sistema operacional não ligaram à manutenção dos três anos que era obrigatório para contratos a tempo determinado. Estes são postos que requerem uma formação específica na área. Não era qualquer pessoa que podia concorrer a estes lugares. Passados estes três anos surgiu esta dúvida de mantê-los ou não. Se renovassem os contratos não poderia ser novamente por tempo determinado, atingiram o máximo de três anos e agora ou os punham na rua e tinham que abrir novamente concurso e não havia pessoas qualificadas para o preencher ou então arranjar uma forma de prorrogar este trabalho para Termo Resolutivo Incerto. Na candidatura se eles viessem a trabalhar por tempo indeterminado perdiam a percentagem que está a ser dada da respetiva candidatura. Enquanto estiver a candidatura os sapadores mantêm-se, quando a candidatura acabar o trabalho termina.

Não havendo intervenções, passou-se à votação, sendo a mesma aprovada por maioria com vinte e dois votos favoráveis e uma abstenção do senhor Vladimiro da Silva.

PONTO 7 - Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal de Venda de Habitações;

Não havendo inscrições para o uso da palavra, passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade pelos vinte e dois membros nessa altura presentes.

PONTO 8 - Análise, discussão e votação da proposta de 1.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal de S. João da Pesqueira - Zona Industrial;

O senhor Presidente da Mesa informou que quando enviou a convocatória, a Câmara ainda não tinha em sua posse o parecer da CCDR, pelo que só agora foi distribuído.

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que esta é uma situação de alteração ao PDM que tem a ver com a Zona Industrial. Quando se instalou, no local onde está, havia uma zona que com o passar do tempo chegou-se à conclusão que não podia ser convertida em Zona Industrial. Com o envolvimento de construções

ficou ainda mais limitada. Havia um lapso de território onde no mesmo espaço uns podiam construir e logo ao lado outros não podiam. Foi feito um pedido de alteração para que esse lapso de território saísse dessa Zona Industrial e passasse a zona habitacional.

O senhor Joaquim Monteiro pediu celeridade na alteração do PDM, dizendo que os munícipes estão a ser prejudicados com esta situação. Estão-se a perder muitas oportunidades.

O senhor António Bastos questionou o Executivo para saber se não era obrigatório por lei colocar a consulta pública em todos os locais públicos esta alteração do PDM, pois isso não aconteceu na sua freguesia. Disse ainda que concordava com a alteração, mas alertou para o facto das casas que possam estar à beira da Zona Industrial que podem, no futuro, estar em perigo.

O senhor Vladimiro da Silva disse que a proposta não deve ser aprovada como está, pois tem coisas erradas. A Câmara informou a CCDR que a proposta esteve a debate público, mas não esteve. Como é que esteve em debate público se ninguém participou. Não se participou porque não se soube. Uma Zona Industrial pode servir para um armazém ou muita coisa, também pode servir para fábricas. Questionou como é possível desafetar uma parte para habitação no núcleo da Zona Industrial. Uma Zona Industrial obriga a estudo de impacto ambiental. Porque é que há uma isenção de estudo de impacto ambiental na Zona Industrial, perguntou.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o grave era deixar a Zona Industrial com está, porque a parte que se está a retirar da Zona Industrial é uma parte que está toda rodeada de construções e que poderia pôr em causa uma situação como a do Texas. É um espaço que está totalmente fora da Zona Industrial verdadeira, é uma parte que está do outro lado da via muito longe já da Zona Industrial atual. Esclareceu ainda que foi colocado o aviso em Diário da República que foi posta em discussão pública, nos jornais locais e de informação nacional, no Diário da República, no site da Autarquia, foi colocado em todos os lados.

O senhor Vladimiro da Silva disse que não punha em dúvida que a informação tenha sido publicada, mas se é um assunto de grande interesse de todos deveria ser publicado num jornal de grande tiragem, como por exemplo o Primeiro de Janeiro, e que assuntos desta importância deveriam ser enviados para todas as freguesias. Disse ainda que se estamos aqui todos para trabalhar e defender os interesses coletivos, como se permitiu que aquelas casas fossem construídas? Disse que está de acordo que se corrija esta situação.

O senhor Presidente da Câmara disse que as casas que estão lá não são de agora, já estão lá há muitos anos. Há um loteamento ao lado, do Sr. Bruno, do outro lado o loteamento do Lameirão, um terreno de um armazém e outras. Há toda uma zona que estava ao lado dessa Zona Industrial e que não são de agora. Esclareceu mais uma vez que a informação foi divulgada.

Passou-se, de seguida à votação, sendo a proposta aprovada por maioria com vinte e dois votos favoráveis e uma abstenção do senhor Eduardo Frederico, justificando o seu voto por ser parte interessada.

PONTO 9 – Designação de três cidadãos eleitores, em substituição de pessoas anteriormente designadas, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo;

O senhor Eduardo Frederico disse que se devia realçar o trabalho meritório das pessoas que estiveram na anterior Comissão.

A senhora Vice presidente pediu a palavra para dizer que os novos elementos propostos, e que constam da proposta anexa à presente ata, são profissionais com grandes conhecimentos na área. Disse, ainda, que concordava que deviam ser elogiadas as pessoas que fizeram parte da anterior Comissão. Mas que a substituição tem que ser feita por força da Lei. Todos os elementos estão empenhados em desenvolver um bom trabalho e levar a cabo a prevenção do perigo. Este trabalho também resulta da boa vontade das instituições que permitem a cooptação dos seus colaboradores. Os elementos da CPCJ têm que estar vinte e quatro horas por dia disponíveis para eventuais situações que possam ocorrer. Todas as pessoas que fazem parte da Comissão fazem o melhor que podem e o melhor que sabem. Deixou, em nome da Câmara, o seu apreço e um louvor a todas as pessoas que participaram nesta Instituição e agradeceu o excelente trabalho da Presidente da CPCJ, que se dedicou de corpo e alma.

Passou-se de seguida à votação da proposta por voto secreto, a qual foi aprovada por maioria com vinte e um votos favoráveis, um voto nulo e um voto em branco, tendo então sido designados para integrar a CPCJ a Sr.a Dr.a Eunice Alexandra Lemos Rebelo da Costa Cordeiro, o Sr. Padre Amadeu da Costa e Castro e a Sr.a Educadora Cátia Filipa Soares Monteiro Santana.

PONTO 10 – Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2012.

O senhor Vladimiro Silva referiu que no relatório estava explicitado que o grau de execução foi de sessenta e oito por cento, o que deveria estar melhor explicado. Disse ainda que, no geral do que conhece, é discutível a maneira com se aplicaram alguns dinheiros. Por isso o relatório deveria ser mais explícito.

O senhor Joaquim Monteiro disse concordar com o senhor Vladimiro e referiu-se ao Plano de Atividades onde estão as obras das freguesias, constatando que o valor baixou, estando nesta fatia do bolo todas as freguesias com um valor bastante reduzido.

O senhor António Bastos deixou um louvor relativamente à parte relacionada com o consumo da água, que reduziu bastante nos últimos três anos. Foram

arranjadas algumas condutas que estavam há bastante tempo a perder água e vários contadores que não contavam foram substituídos. Tudo isto gerou uma poupança para o Município na ordem dos quinhentos mil euros e que poderiam ter sido utilizados nas freguesias.

O senhor Presidente da Câmara disse que a perca da não aplicação do montante do FEDER tem a ver com as candidaturas que ficaram pendentes desde Março até ao fim do ano. Ainda se mantêm, a do núcleo, a de Trevões e a candidatura dos caminhos de um milhão e duzentos mil euros. Como não tiveram andamento, não por culpa da Câmara, mas por motivos que têm a ver com a reestruturação do próprio QREN. Este só teve execução física e financeira em Fevereiro e as outras estavam à espera das candidaturas. Quanto às percentagens, há dois anos conseguiu-se uma percentagem de noventa e dois por cento, este ano estão com sessenta e oito por cento, mas é uma percentagem muito real. Quanto ao Plano de Atividades, não é bem o que se passa para as Autarquias, mas os investimentos aumentaram em relação ao ano passado. Relativamente à água, tem havido um grande esforço, referiu a parte onde se mencionam dívidas a fornecedores que têm com as Águas de Trás os Montes, de quatrocentos mil euros, o que tem a ver com um diferencial entre o valor que as Águas de Trás os Montes estão a imputar e o valor que foi estipulado. Esclareceu ainda que o PDM está a setenta por cento, ou seja, o que dá mais trabalho já está feito. Faltam pequenos acertos. São vinte e duas instituições que têm de se pronunciar, não sendo fácil uma resolução mais célere. Informou que o trabalho está a ser feito pelo pessoal interno da Câmara.

Pelas dezoito horas e um minutos ausentou-se o senhor Fernando Pereira, continuando a existir quórum com a presença de vinte e dois membros.

Passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria com vinte e um votos favoráveis e uma abstenção do senhor Eduardo Frederico.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2 a 10 a fim de ter desde logo eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

Período de Intervenção do Público

Tendo chegado à mesa um pedido de intervenção do público do senhor Manuel Sebastião Vasques Mesquita, começou por dizer que vinha falar de alguns assuntos de interesse para a sua freguesia. Relativamente à situação da Ferradosa disse que era grave o argumento dado pelo senhor Presidente da Câmara, por não saber se gastaria naquele obra vinte ou duzentos mil euros. Questionou sobre o gabinete de empreendedorismo, sobre quantos projetos que tinham sido lançados durante estes anos. Quantas pessoas estão envolvidas no Gabinete da Agricultura e o que fazem? Disse que convidou o senhor Presidente a ir ver os caminhos da sua freguesia, mas que

este não foi e mandou o senhor Vereador Vitor Sobral. Andou com a sua viatura quase duas horas pelos caminhos que estão lastimáveis, mas que o senhor Vereador não quis ver os caminhos mas apenas foi lá para o convidar a fazer parte da sua lista para as eleições. Na Assembleia de Dezembro, relativamente aos cargos de chefia, foi dito pelo senhor Presidente que este assunto viria novamente para ser discutido noutras reuniões, mas nos oito dias seguintes, em Janeiro, foi publicado em Diário da República o cargo de chefia para a biblioteca e pela remuneração mais alta, sem que nada tenha sido dito ou aprovado por esta Assembleia.

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que os números que trouxe são reais e que foram fornecidos por técnicos. Está-se a fazer uma intervenção, neste momento de vinte e dois mil euros, mas se não conseguirem resolver a situação poderá atingir os duzentos e vinte mil. Quanto aos caminhos disse que soube que tinha estado a pedir a sua presença, mas como não pôde ir, pediu ao senhor Vereador Vitor Sobral que o representasse, para ver qual era a situação dos caminhos. Informou que já há um orçamento de cento e trinta mil euros para tentar colmatar esta situação. Quanto aos gabinetes disse que lhe iria fazer chegar o relatório e iria mandar publicá-los para chegarem a todos os interessados. Relativamente ao mencionado da última reunião disse ter havido algum lapso, pois o que disse na altura era o cargo de director que não estava mencionado no mapa de pessoal.

A professora Maria de Lourdes, presidente da CPCJ, pediu a palavra para dizer que se congratulava com a escolha dos elementos para a CPCJ, especialmente por ter um elemento da sua terra, à qual deu os parabéns.

A senhora Vereadora esclareceu que a escolha das pessoas para a Comissão foi feita segundo os critérios que o artigo da legislação que rege o funcionamento da CPCJ. Procurou-se escolher pessoas com formação adequada com pessoas que estão diretamente ligadas às crianças e aos jovens. Procuraram escolher pessoas com grande responsabilidade social por se tratar de casos delicados, onde está o interesse superior das crianças e dos jovens. O perfil destes cidadãos tinha que ser adequado ao tratamento destes jovens. A escolha destas pessoas não foi politizada.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas dezoito e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que lida e posta à votação na sessão seguinte, foi aprovada por _____.

De la Presidinte de
Asamblea Unica S. J. de P. J.

En virtud de las nuevas
leyes de sala, un tercer
de caso regente (de Asamblea)
Importe fe a Asamblea ajena:

Edad o nombre de Andino
Sacra Lira Cante a Biberstein
Recinto

S. J. de P. J. 19 Abril 2013

Andino

Assunto: Designação de 3 cidadãos eleitores para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de S. João da Pesqueira.

A duração dos mandatos dos cidadãos com exercício de funções na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) deve ser por períodos de 2 anos, renováveis.

Todavia, estes, não podem prolongar-se por mais de 6 anos consecutivos.

Neste seguimento, terá a CPCJ de S. João da Pesqueira de substituir 3 elementos por cumprirem o designado no n.º 2 do artigo 26 da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Assim, em substituição da Sra. Dra. Lídia Martins Gonçalves, Sra. Prof. Maria de Lourdes Marinho Costa e Sra. Prof. Maria Elisabete Guedes Figueiredo Veiga Correia, são propostos os seguintes nomes para votação: Dra. Eunice Alexandra Lemos Rebelo da Costa Cordeiro; Sr. Padre Amadeu da Costa e Castro e Sra. Educadora Cátia Filipa Soares Monteiro Santana.

Tratando-se de matéria de grande responsabilidade social e dada a sensibilidade para o tratamento de casos tão delicados e, estando em causa o interesse superior da criança e do jovem, o perfil destes cidadãos deverá demonstrar-se eficaz no tratamento destas problemáticas.

Consideramos que todos eles têm formação especializada adequada à área da infância e juventude e desenvolvem trabalho directo com estes grupos etários. Tratando-se de uma psicóloga, um professor e uma educadora de infância, concluiu-se que todos reúnem os requisitos pretendidos. Acresce que no dia a dia procuram prevenir situações de risco que podem conduzir ao perigo, pois todos estão integrados em instituições de 1.ª linha.